

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS PARA O POVO SURDO: EXPERIÊNCIAS, ANÁLISE E EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO

Diogo de Souza Medeiros¹

Iraci Helena de Oliveira Falavina²

Maria José Baldessar³

Resumo

Neste artigo analisamos produções jornalísticas gráficas, radiofônicas e visuais, destinadas à inclusão do povo surdo e buscando compreender qual o formato e narrativas são mais adequadas para uma comunicação efetiva entre a cultura ouvinte e surda. Quais as narrativas jornalísticas são mais adequadas para a comunicação com o povo surdo, suas principais fragilidades e potencialidades? Há algum meio com mais efetividade de comunicação com o povo surdo? Como vêm sendo realizadas suas produções voltadas aos sujeitos surdos? A partir de um levantamento das produções teóricas e empíricas realizadas até o momento, observamos experiências nos formatos radiofônicos e visuais e objetivamos conceituar qual formato jornalístico é o mais adequado e a partir dele pensar num modelo de telejornalismo em Libras.

Palavras-chave: *Narrativas jornalísticas; Ensino em Libras; Aprendizagem em Libras.*

INTRODUÇÃO

Os sujeitos surdos possuem suas culturas e identidades, no plural, que não devem ser reduzidas a uma cultura surda unificada, tampouco passíveis a cura (STROBEL, 2008). Os veículos de comunicação podem agir como promotores da interpolação entre as culturas

¹Acadêmico do curso de Jornalismo da UFSC. Bolsista CAPES/PIBIC. E-mail: diogome_deiros@hotmail.com.

²Acadêmica do curso de Jornalismo da UFSC. Bolsista CAPES/PIBIC. E-mail: iracifalavina2@gmail.com.

³ Doutora em Ciências da Comunicação. Professora do curso de Graduação em Jornalismo/UFSC e dos programas de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e Estudos da Tradução.

surdas e ouvintes fundamentado numa linguagem que zele pela acessibilidade e pelos artefatos culturais do povo surdo⁴ a partir de canais comunicativos entre os povos. Esses canais foram mais notadamente promovidos a partir de uma série de regulações como a Lei nº 10.098, conhecida como Lei da Acessibilidade. Interessa-nos na lei citada a eliminação de entraves nas comunicações que impeçam ou dificultem o acesso à informação e o recebimento de informações por intermédio de tecnologias assistivas destinadas à pessoas portadoras de deficiência. Apesar de hoje não ser adequado conceituar surdez como deficiência, a lei 10.098 foi um importante marco para que os veículos de informação voltassem seus esforços para serem compreendidos por pessoas que foram historicamente impedidas de acessá-los formalmente porque os veículos não eram pensados para pessoas não ouvintes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), instituída pelo Ministério da Educação, tem como objetivo alcançar a aprendizagem, a participação e o acesso dos alunos com necessidades diferenciadas de aprendizagem. Na Inglaterra do século XVII, a imprensa era concebida como o “quarto poder”, em analogia aos três poderes públicos: Judiciário, Legislativo e Executivo. Esse título oferece ao jornalismo a concepção de que seus produtos são “eleitos” pela sociedade e considerados uma forma de representação política. O jornalismo possui, então, o papel de intermediário entre governo e cidadãos, além de fornecer ao público o reflexo de suas visões e valores (SOARES, 2009).

Tendo isso em vista, pode-se compreender o jornalismo como um ramo da comunicação social que adapta linguagens e discursos devido ao fato de intercalar o caminho entre a informação e a sociedade. No caso de sujeitos surdos, observa-se uma grande distância entre o artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei nº 10.098 e a realidade. Esta garante o acesso à informação e aquela garante educação a todos os brasileiros. A distância é percebida pelo fato de a Língua Brasileira de Sinais ter se tornado segunda língua oficial do Brasil apenas em 2002. Riobaldo, personagem da obra *Grande Sertão: Veredas* (ROSA, 1958, p.14), disse em um relato que “uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com um país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias”. Para responder às questões relacionadas à criação de um modelo de referência para conteúdos acessíveis, é necessário desenvolver o acesso ao conhecimento pelo setor

⁴ “Quando pronunciamos ‘povo surdo’, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual” (STROBEL, p.38)

de brasileiros surdos. Afinal, para fazer jus ao título de comunicadores, é necessária uma intermediação informativa e educacional efetiva. Então nos perguntamos: quais as narrativas jornalísticas são mais adequadas ao povo surdo? Mas antes: quem é o povo surdo de quem falamos?

QUEM SE ADAPTA A QUEM?

Quando nos referimos ao povo surdo estamos nos pronunciando sobre pessoas conectadas pela similitude da surdez independente do grau de evolução linguística, como Libras, no Brasil e ASL, nos Estados Unidos da América, Canadá e México, por exemplo; aproximação com a cultura surda ou outros laços. Em outras palavras, estamos nos referindo aos sujeitos surdos, independentemente de sua regionalidade ou proximidade com a cultura e língua de sinais, são pertencentes às mesmas peculiaridades culturais: a comunicação visual. Já comunidade surda são todas as pessoas que estão em contato direto com os artefatos culturais surdos, incluindo os intérpretes e familiares de sujeitos surdos.

Uma comunidade surda é um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos e trabalham em conjunto com as pessoas surdas para os alcançar (PADDEN; HUMPHRIES, 2000, p. 5 *apud* STROBEL, 2008).

Muitas pessoas ouvintes, ao se inserirem frente às descobertas da cultura e comunidade surda partem, em geral, com uma dúvida inicial: deficiente auditivo ou surdo? Essa concepção cultural dos pesquisadores e produtores de conteúdo ouvintes que entram em contato com a cultura surda delimita a perspectiva teórica dos seus trabalhos porque a escolha entre um ou outro termo revela qual perspectiva será trabalhada: surda ou ouvintista. A cultura/política ouvintista refere-se à prática colonizadora do sujeito ouvinte que caracteriza o sujeito surdo como não pertencente à sua cultura, “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998, p.15). A educação de surdos foi tratada como patologia desde o século XV e dela advém a palavra ‘deficientes auditivos’, onde se leva em conta o grau da perda audição para a caracterização da deficiência e como consequência, esforços são tomados para que se aumente o ganho de audição. Para a comunidade surda fala-se em ganho surdo. Portanto, para alcançarmos nosso objetivo que

é o de analisar qual narrativa jornalística possui maior potencial comunicativo com o povo surdo, se faz necessário, antes, resolver o conflito epistêmico entre ouvintes e surdos.

Ao nos referirmos à cultura surda, relembramos a proposição de Joahan Herder: “para o termo ‘cultura’, [adota-se] a forma plural [...] bem como às culturas económicas e sociais no âmbito de uma mesma nação” (EAGLETON, 2003, p. 25). Cultura surda é “o jeito surdo de entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas” (STROBEL, 2008, p. 29). É preciso refletir ao produzir um material acessível ao povo surdo: estou levando em consideração seus artefatos culturais? Lembrarei que música é um artefato cultural ouvinte e que talvez não faça sentido tentar explicar o que ela significa para a cultura ouvinte? Filhos surdos de pais ouvintes representam 95% dos nascimentos de pessoas surdas (GUARINELLO; LACERDA, 2007 *apud* GUARINELLO et al, 2013) e são, em geral, levadas à médicos para sanarem sua surdez. Como consequência não são socializados com a cultura surda, fazendo com que muitos sujeitos surdos aprendam tardiamente a linguagem de Sinais, sua língua materna. A Declaração de Salamanca, realizada em 1994, foi escrita durante a Conferência Mundial de Educação Especial. O ponto número 26 do tópico B, seção II, estabelece que “o currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994). Portanto, reiteramos a importância de que, ao se produzir linguagem acessível, é fundamental que seus produtores tenham o zelo de não reproduzir a cultura ouvintista em seus produtos e produções.

EXPERIÊNCIAS ENCONTRADAS

Postulado as primeiras observações de cunho cultural, iniciamos nossa pesquisa buscando compreender quais formatos jornalísticos eram produzidos com o intuito de serem acessíveis ao povo surdo e qual a narrativa é mais adequada para uma melhor compreensão dos consumidores surdos. Uma narrativa jornalística se caracteriza como o modo de discursar sobre um determinado assunto utilizando-se de métodos que tornem a mensagem compreensível (RESENDE, 2009).

Estudar as narrativas jornalísticas é descobrir os dispositivos retóricos utilizados pelos repórteres e editores capazes de revelar o uso intencional de recursos lingüísticos e extralingüísticos na comunicação jornalística para produzir efeitos (o efeito de real ou os efeitos poéticos) (MOTTA, 2007, p. 9)

A partir do último relatório de Pesquisa em Mídia os quatro meios mais usados pela população brasileira são, TV, internet, rádio e jornal, respectivamente. Separamos nossa análise em linguagem gráfica, radiofônica e linguagem visual.

1. Linguagem gráfica

A linguagem morfossintática do português escrito segue a mesma lógica gramatical da oralidade. Considerando que 95% dos surdos são filhos de pais ouvintes e 5% de pais surdos, o sujeito surdo está exposto à língua portuguesa e em sua grande maioria, são familiarizados e alfabetizados em português escrito. Sendo o português a segunda língua, descartamos a análise de jornais impressos ou quaisquer formatos que privilegiam a linguagem em signos gráfica independente da plataforma. A linguagem motora-espacial, linguagem de sinais, possui estruturas gramaticais, semânticas, pragmáticas e sintáticas, assim como a linguagem oral, mas com estruturas diferentes. Além disso, Macedo (2010), atenta para o fato de que a alternativa para adequar a linguagem gráfica aos padrões de acessibilidade de objetos de aprendizagem seria a mídia sonora, inutilizável por pessoas surdas. Portanto, a preferência para a comunicação é a linguagem físico-motora-espacial, a língua materna aos surdos.

Cabe salientar a existência do sistema de escrita para a língua de sinais, um fato histórico importante pois, outrora, a língua do povo surdo era ágrafa. No Brasil o sistema foi desenvolvido pela doutora surda Marianne Stumpg juntamente a outros pesquisadores. O sistema é conhecido no Brasil como Escrita em Língua de Sinais (ELS).

2. Rádio

Para nossa surpresa, os primeiros resultados obtidos da pesquisa se deram sobre experiências de narrativas radiofônicas para surdos. Os resultados foram possíveis graças ao fato de a rádio poder ser acessada no ambiente digital, o que abre a possibilidade de novos produtos que vão além da exclusividade sonora, mas multiplataforma, como web rádios e podcasts, fazendo uso de recursos gráficos e visuais como infográficos, transcrições e vídeos. Web rádio “trata-se de uma emissora radiofônica que pode ser

acessada através de um endereço eletrônico na internet e não mais por uma frequência sintonizada em um aparelho receptor de ondas hertzianas” (PRATA, 2008, p. 2).

Luís Bonxie trouxe algumas experiências radiofônicas em Portugal com tradução para Língua Gestual Portuguesa (LGP) e outras duas realizadas em ambiente acadêmico. No Brasil, a Rádio USP, da Universidade de São Paulo, no período de 2001 a 2002, transmitiu o programa “Clip Informática” com tradução não simultânea em Libras. “O programa começou a ser emitido em setembro de 2001 e terminou em janeiro de 2002 por falta de apoios financeiros” (BONXIE, 2017, p. 64)⁵.

A experiência acadêmica portuguesa, citada por Bonxie, diz respeito à realizada pelo Instituto Politécnico de Leira, com traduções simultâneas. A experiência Web rádio Mãos à Conversa, do Instituto Politécnico de Portalegre nos anos 2012 e 2013, teve tradução integral dos conteúdos para LGP⁶. A TSF foi a transmissão realizada no dia 7 de abril de 2005, acompanhada pelos autores citados. Em 2013, a rádio pública portuguesa Antena 1 produziu tradução no dia 15 de novembro no programa da manhã.

Os exemplos consistem, portanto, em projetos de curta duração, que por falta de patrocínio se trataram de experiências de curta e não tiveram continuidade. Traduções, simultâneas ou prévias, dos conteúdos radiofônicos para a linguagem de sinais, portanto, a linguagem usada foi a do vídeo. Nenhum dos exemplos citados pôde ser acessado em sua produção na data desta pesquisa, pois já haviam encerrado as transmissões de traduções em língua de sinais. A pesquisa de Macedo (2010) recomenda como formato alternativo para o áudio a tradução em Língua de Sinais e o uso da expressão visual. Não há uma experiência voltada para pessoas surdas cuja linguagem seja diretamente sonora; a tentativa de adaptar o som para esse público resultou na produção de conteúdo visual, o que mais uma vez nos direciona para essa linguagem visual, tratada a seguir.

3. Linguagem visual

Tomamos a definição de João Canavilhas em que passa a chamar “webjornalismo ao jornalismo que se pode fazer na web” (CANAVILHAS, 2003) e analisamos os que dão preferência à linguagem visual. Na Austrália, assim como nos Estados Unidos, Reino Unido e outros países, a educação de pessoas surdas saiu de uma perspectiva somente oral

⁵ “Transmissão pioneira de programação de rádio para surdos acaba por falta de patrocínio”. In: USP Notícias. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/repgs/2002/pags/153.htm>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

⁶ Disponível em: <<http://www.radiomaosaconversa.uphero.com>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

para a Comunicação Total (BARKER; NAPKIER, 2004). A comunicação em Língua de Sinais é algo que faz parte da cultura surda. Com a ausência de som, a percepção do mundo se dá através dos olhos (STROBEL, 2008, p. 39).

O primeiro artefato da cultura surda é a experiência visual em que os sujeitos surdos percebem o mundo de maneira diferente, a qual provoca as reflexões de suas subjetividades: De onde viemos? O que somos? E para onde queremos ir? Qual é a nossa identidade? (STROBEL, 2008, p. 38)

O ex-aluno Alex Abenchuchan, da Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos, apresenta o telejornal *The Daily Moth*⁷, em que faz a cobertura de notícias e tópicos relevantes para pessoas surdas na Língua Americana de Sinais, a ASL. Nos vídeos, Alex usa roupa preta e fundo escuro, em tons diferentes. De acordo com a cartilha de Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais do Ministério da Justiça (2009), é importante haver um contraste entre a cor da roupa, a cor do fundo e a cor da pele do intérprete, a fim de não desviar a atenção dos sinais.

O noticiário *Sign1 News*⁸ é distribuído pela rede CNN e produz notícias em língua de sinais. O fundo usado é azul, desfocado, e a vestimenta, preta, por vezes sobreposta a peças de outras cores. Os vídeos estão disponíveis no YouTube.

O *Deaf Newspaper*⁹ é outra experiência telejornalística voltada para surdos. O fundo desse noticiário também é desfocado, mas pode-se observar mais detalhes e cores, o que não é um ponto positivo. O vestuário do apresentador também é preto, com cores apenas nos diferentes modelos de gravata.

O Programa *Sentidos*¹⁰ era exibido na TV a cabo e em seu canal do YouTube com notícias sobre inclusão social e possuía um intérprete de LIBRAS no canto inferior esquerdo da tela, em recorte *Chroma Key*, ou seja, o fundo foi anulado com técnicas de pós-produção, e o uso de vestimenta preta. A NBR 15.290 (*apud* Ministério da Justiça) informa que a altura da janela de LIBRAS deve ser, no mínimo, metade da altura do televisor; não se observa essa proporção no canal do YouTube Programa Sentidos. Não foi possível analisar o programa exibido na televisão, uma vez que foi interrompido.

⁷ Disponível em: <<https://www.dailymoth.com/>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

⁸ Disponível em: <<https://sign1news.com>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kwm8pXeyY9c>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/tvsentidos>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos revelam que a imagem é o elemento que deve ser privilegiado nas narrativas jornalísticas destinadas aos sujeitos surdos pois os elementos visuais constituem para os surdos o método principal de exploração do conhecimento. O uso da Língua de Sinais como sua primeira língua demonstra esse fato; para entender as palavras sinalizadas, dedica-se atenção às expressões faciais e ao movimento das mãos. Strobel destaca a importância da imagem para o surdo e diz que “muitas vezes a sociedade dificulta a participação dos sujeitos surdos, deixando de colocar muitos recursos visuais que promovem suas acessibilidades em vários espaços” (STROBEL, 2008, p. 41), o que significa uma atenção e recomendação às narrativas gráficas em produções visuais jornalísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONXIE, Luís. “Rádio e inclusão: uma análise de experiências de rádio para surdos em Portugal”. **Media e Jornalismo**, v. 17, n. 31, p. 59-72 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> . Acesso em: 28 Out. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: Artector Gráfica e Editora, 2009. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao/classificacaolinguasinais.pdf>>. Acesso em: 26 Set. 2018.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 28 Set. 2018.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo. “Considerações gerais sobre jornalismo na web”. **Informação e Comunicação Online**, v. 1, p. 63-73, 2003.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. Temas e Debates, 2003.

GUARINELLO, Ana Cristina; CLAUDIO, Débora Pereira; VIDAL FESTA, Priscila Soares; PACIONIK, Roseli. “Reflexões sobre as interações linguísticas entre familiares ouvintes - filhos surdos”. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n.46, p. 151-168, 2013.

MACEDO, Claudia Mara Scudelari de. **Diretrizes para Criação de Objetos de Aprendizagem Acessíveis**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94396/288186.pdf>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. “Análise pragmática da narrativa jornalística”. In: LAGO, C; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

NAPIER, Jemina; BARKER, Roz. “Assessing University Education: Perceptions, Preferences, and Expectations for Interpreting by Deaf Students”. **Journal Of Deaf Studies And Deaf Education**, v. 9, n. 2, p. 228-238, 2004. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/8fb5/76dbe400de2467cf1413da6d2ecae96135af.pdf>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

Pesquisa Brasileira de Mídia. 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e->

qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em: 24 Set. 2018.

PRATA, Nair. “Web radio: novos gêneros, novas formas de interação”. In: 31º Congresso Brasileiro de Comunicação, **Anais...** Natal, 2008.

RESENDE, Fernando. “O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro”. **Revista Galáxia**, n. 18, p.31-43, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3996/399641244005>>. Acesso em: 27 Set. 2018.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SOARES, Murilo César. “Jornalismo e democracia, além das antinomias”. In: SOARES, Murilo César. **Representações, Jornalismo e a Esfera Pública Democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/biblioteca/wp-content/uploads/2012/05/Representacoes_jornalismo_e_esfera-publica_v2.pdf>. Acesso em: 21 Set. 2018.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.